



DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA FITOTERAPIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS): UMA REVISÃO DE LITERATURA

Andrea Mayumi Sera Fukushima¹, Suelen Wilczak Almeida²

¹*Prefeitura Municipal de Curitiba, Curitiba, Brasil (mayumiinsp@gmail.com)*

²*Prefeitura Municipal de Curitiba, Curitiba, Brasil*

Este estudo analisou os limites e as possibilidades para consolidar a fitoterapia no SUS. Para isso, foi feita uma revisão bibliográfica nas bases SciELO e Google Acadêmico com recortes entre 2020 e 2026. Os dados indicam que o subfinanciamento e a falta de capacitação médica são os principais obstáculos atuais. Em contrapartida, há forte aceitação popular e um papel protagonista da equipe multiprofissional. Conclui-se que o avanço da área depende de investimentos estruturais, atuação intersetorial e reformas na formação acadêmica. [1, 2]

Palavras-chave: Fitoterapia; Sistema Único de Saúde; Práticas Integrativas; Atenção Primária. [1, 2]

INTRODUÇÃO

A inserção da fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS) ganhou respaldo em 2006 pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), regulamentada pela Portaria nº 971 de 03/05/2006 (BRASIL, 2006a). Esta estratégia amplia as opções terapêuticas na atenção primária, valoriza o conhecimento tradicional e fortalece a autonomia do paciente. Além disso, a implementação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), instituída pelo Decreto nº 5.813 de 22/06/2006, evidencia que a consolidação da área exige transcender o setor sanitário (BRASIL, 2006b). Essa agenda demanda uma articulação intersetorial que envolve a Casa Civil e os Ministérios da Saúde; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ciência e Tecnologia; Desenvolvimento Agrário; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Integração Nacional; e Meio Ambiente.

Contudo, coordenar essa rede ministerial e transportar diretrizes para o cotidiano das Unidades Básicas de Saúde (UBS) esbarra em complexas barreiras estruturais, financeiras e culturais (SANTOS; PEREIRA; SOUZA, 2021). Compreender esses nós críticos a partir das evidências científicas é fundamental para subsidiar o planejamento de políticas locais eficientes. Diante desse cenário, o objetivo deste trabalho foi identificar, por meio da literatura recente, os principais desafios enfrentados e as perspectivas futuras para a consolidação da fitoterapia na rede pública de saúde brasileira.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica descritiva e de abordagem qualitativa. O levantamento de dados ocorreu em julho de 2026, por meio de buscas eletrônicas na Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no Google Acadêmico. A seleção de artigos utilizou termos indexados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), cruzando as palavras-chave "Fitoterapia", "Sistema Único de Saúde" e "Atenção Primária".

Foram incluídos artigos em formato completo, redigidos em português e publicados entre 2020 e 2026, desde que debatessem a gestão ou a assistência fitoterápica no SUS. A triagem descartou teses, dissertações, monografias e publicações em duplicidade ou fora do escopo principal. A análise do material final foi feita por leitura reflexiva e agrupamento temático dos resultados. [1]

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura recente deixa claro que a fitoterapia no SUS lida simultaneamente com problemas operacionais antigos e com um forte engajamento comunitário. No bloco dos desafios, os estudos apontam a falta de verbas específicas como a principal razão para o travamento de projetos essenciais, prejudicando inclusive a criação de novas "Farmácias Vivas" (SILVA; OLIVEIRA, 2022). Esse cenário gera falhas no abastecimento de insumos vegetais e expõe a carência de profissionais treinados. A raiz do problema quase sempre volta para as faculdades: a ausência das práticas integrativas nas grades de medicina, enfermagem e farmácia gera insegurança



técnica, o que afasta os profissionais — sobretudo os médicos — da rotina de prescrição (GOMES; LIMA; SILVA, 2024). [1]

Por outro lado, o cenário de perspectivas traz dados positivos. A população demonstra excelente aceitação cultural e procura espontaneamente pelos recursos naturais nas unidades de saúde. Os artigos também ressaltam a força da equipe multiprofissional, onde farmacêuticos, enfermeiros e nutricionistas assumem a liderança na orientação comunitária e no uso seguro de plantas medicinais. Nos locais onde a gestão municipal apoia a iniciativa, a fitoterapia se mostra uma ferramenta poderosa para humanizar o atendimento básico e prevenir complicações de saúde (NASCIMENTO; ALMEIDA; COSTA, 2023). [1]

CONCLUSÃO

A fitoterapia reúne condições para qualificar a atenção básica no SUS por meio de um modelo de cuidado mais acolhedor e focado na independência do indivíduo. No entanto, sua sustentabilidade em nível nacional exige resolver problemas estruturais básicos e efetivar a cooperação entre os diferentes ministérios responsáveis pela cadeia produtiva. O avanço real da prática depende de financiamento contínuo para a infraestrutura das farmácias do SUS e de uma reformulação no ensino superior que prepare os futuros profissionais de saúde para lidar com as terapias integrativas. [1, 2, 3]

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 maio 2006a. [1]
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 jun. 2006b. [1, 2, 3]
- GOMES, A. R.; LIMA, M. F.; SILVA, J. A. Desafios na prescrição de fitoterápicos por profissionais de saúde. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 26, n. 2, p. 45-53, 2024. [1]
- NASCIMENTO, C. E.; ALMEIDA, R. T.; COSTA, M. S. O papel da equipe multiprofissional nas práticas integrativas do SUS. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 4, p. 112-125, 2023.
- SANTOS, L. M.; PEREIRA, K. C.; SOUZA, F. R. Barreiras na implantação da fitoterapia na atenção primária. **Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, n. 1, p. 89-102, 2021. [1]
- SILVA, P. H.; OLIVEIRA, M. S. Financiamento e sustentabilidade das Farmácias Vivas no Brasil. **Journal of Public Health**, v. 14, n. 3, p. 201-210, 2022.